



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA



O GOVERNO KUBITSCHEK E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

9

**O Governo Kubitschek
e a Industrialização
Brasileira**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

O governo Kubitschek e a industrialização brasileira (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

71p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 9).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

O Governo Kubitschek
e a Industrialização
Brasileira

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

DISCURSO DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA TCHECA E ESLOVACA	7
CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA TCHECA E ESLOVACA	13
ASSINATURA DE ATOS ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA FEDERATIVA TCHECA E ESLOVACA.....	15
ABERTURA DA EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS E DA MOSTRA SOBRE A VIDA E A OBRA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHK	18
ENTREVISTA À EQUIPE DA REVISTA <i>NEWSWEEK</i>	21
COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO ..	30
ENCONTRO COM OS SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE JUSTIÇA	33
ASSINATURA DE ATOS ENTRE O BRASIL E O MÉXICO ..	36
CERIMÔNIA DE POSSE DO MINISTRO DA JUSTIÇA, JARBAS PASSARINHO.....	39

CELEBRAÇÃO DA SEMANA DA ASA	42
ENTREVISTA COLETIVA À IMPRENSA EM 26 DE OUTUBRO DE 1990	44
VII REUNIÃO MINISTERIAL	57
CERIMÔNIA COMEMORATIVA DO 40º ANIVERSÁRIO DO SISTEMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	69

Discurso Durante Jantar Oferecido pelo Presidente da República Federativa Tcheca e Eslovaca

Ao agradecer as palavras de Vossa Excelência, gostaria de registrar meu reconhecimento por sua generosa acolhida nesta fascinante cidade de Praga.

Quero ainda fazer chegar, através de Vossa Excelência, aos valorosos povos tcheco e eslovaco, em meu próprio nome e no do povo brasileiro, o sentimento de grande admiração que temos por este país.

Esta é minha primeira visita oficial à Europa e são muitos os motivos que a fazem ocasião especialmente auspiciosa. De fato, estar nesta cidade, que representa um momento de glória da criação humana, e travar contato com um homem público da estatura intelectual e cívica de Vossa Excelência constituem, para mim, motivos de particular contentamento. E como se não bastasse, tenho eu agora a honra e ventura de ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar esta terra.

Os conceitos e valores expressos por Vossa Excelência refletem uma nova maneira de exercer a política e as relações internacionais. Esta nova mentalidade, que começa a se afirmar no cenário internacional, inspirou minha decisão de realizar, de imediato, visita oficial à República Federativa Tcheca e Eslova-

ca. Considero de fundamental importância para os governantes o intercâmbio de idéias, experiências e visões do mundo, que permitam melhor compreensão do momento histórico que vivemos e que nos possibilite agir com mais certeza e perseverança, na busca do ideal de democracia e prosperidade que queremos para nossos países e para todo o mundo.

«Sonhar por princípio.»

Saúdo na pessoa de Vossa Excelência o autor e intelectual que afirmou, em «Interrogatoire à distance», que era «necessário revoltar-se contra o papel que nos é determinado — no qual não somos mais do que uma peça dentro de uma gigantesca máquina lançada em direção desconhecida», e o homem público que nunca aceitou os cânones de uma racionalidade reformista, que pretendia ver na divisão político-ideológica do mundo uma realidade imutável.

Ao contrário daqueles que desistiram de lutar por considerar fúteis os esforços para transformar a ordem então vigente, o cidadão Vaclav Havel exerceu com destemor o direito à resistência, à crítica e à indignação, seja através de sua obra literária, audaciosamente continuada nas publicações clandestinas, seja através de sua crescente percepção da necessidade de integrar reflexão filosófica e ação política.

Assim, ao dar início ao movimento «Carta 77», Vossa Excelência revelou estar imbuído daquele espírito que caracteriza os estadistas: a consciência do saber fazer a história, mesmo que tenha de pagar o alto preço da perda da liberdade.

Esta perseverança nos ideais, este «sonhar por princípio» fizeram com que a República Federativa Tcheca e Eslovaca possa estar vivendo este momento de idéias, de esperanças, de atividade cívica, procurando atacar os problemas remanescentes do passado com uma visão ética e humanista, que abre caminho à moderna democracia.

Acredito, Senhor Presidente, que, a despeito das diversidades existentes entre nossos países, as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca experimentam simultaneamente processos de transição de grande riqueza e complexidade, que hão de transformar-nos e definir nosso futuro.

A afirmação da modernidade se dá nos mais variados planos: internamente, ela se traduz num regime democrático representativo, baseado no pluralismo das idéias e dos partidos, na rejeição de dogmas e na valorização da iniciativa individual, bem como das forças de mercado. No plano externo, ela importa a rejeição de uma política de blocos e a permanente busca de aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação internacional e de integração. O aspecto mais importante, no entanto, reside na estrita defesa do primado da ética e da consciência, na observância escrupulosa dos direitos humanos.

«O momento político vivido hoje
por nossos países abre vastíssimas
possibilidades de cooperação.»

O mundo assiste, fascinado, ao rápido processo de transformação política e econômica em curso nos países da Europa Central e Oriental.

A velocidade das mudanças, a diversificação do quadro político e as perspectivas que se abrem para a intensificação do intercâmbio e da integração intra-européia constituem desafios à capacidade de análise e de previsão.

A República Federativa Tcheca e Eslovaca presidida por Vossa Excelência vem empreendendo amplo programa de reformas internas, ao mesmo tempo em que busca maior interação com a Comunidade Econômica Européia, e compartilha o projeto de assegurar, em bases duradouras, a manutenção da paz na Europa.

O Brasil acompanha com grande interesse esse processo, pois também inauguramos uma nova fase em nossa história.

Nas eleições diretas para Presidente da República, em novembro e dezembro de 1989, o povo brasileiro optou pela mudança e pelo projeto de um novo Brasil, onde a dignidade humana seja valorizada e o processo de desenvolvimento econômico obedeça ao princípio democrático e tenha como objetivo maior a justiça social.

Ao assumir a chefia do Governo brasileiro, dei início à execução de programa de profundas reformas econômicas, para reduzir drasticamente as taxas de inflação, retomar o crescimento do produto nacional, promover a liberdade de mercado, redimensionar o papel do Estado na atividade produtiva e reinserir o País na comunidade econômico-financeira internacional.

Somos pelo estabelecimento de uma ordem internacional mais democrática, onde prevaleça o princípio da igualdade soberana no processo decisório; onde vigore efetiva cooperação entre os países no sentido de serem superadas as desigualdades, onde o acesso ao progresso científico e tecnológico seja facultado a todos os povos, onde se promovam a paz e a justiça como condições essenciais à sobrevivência da raça humana.

No quadro presente, parece-me fundamental o fortalecimento dos foros multilaterais, tanto no plano político quanto no econômico. É necessário que, nesses foros, a mesma importância que se empresta aos temas do desmatamento, da segurança e da paz, seja atribuída às questões do desenvolvimento, dos direitos humanos e do meio ambiente. Do tratamento que hoje dê a comunidade internacional a todas essas matérias, dependerá o futuro do planeta e das gerações que nos não de suceder.

Embora geograficamente distantes, as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca estão próximas em seu propósito de aprimorar as condições de vida de seus povos e contribuir para a construção de um mundo melhor.

Em passado não muito distante, barreiras ideológicas cercearam as possibilidades de expansão de nosso relacionamento, que permaneceu limitado ao plano de algumas operações comerciais avulsas.

O momento político vivido hoje por nossos países abre vastíssimas possibilidades de cooperação. O conjunto de instrumentos bilaterais de que dispomos — dentre os quais o Acordo

de Cooperação Econômica, de 1988, que estabelece a audaciosa meta de que nosso comércio bilateral alcance um bilhão de dólares no ano 2000 — constitui base sólida para que nossas relações adquiram exemplar dinamismo.

E, agora, no rastro das perspectivas crescentes de concentração entre os países da Bacia do Adriático e da Europa Central, estima-se ainda mais promissora a agilização do intercâmbio de mercadorias entre nossos países.

No plano econômico, acredito ter chegado o momento de emprendermos uma reflexão conjunta sobre o atual perfil de nosso intercâmbio comercial e as perspectivas de diversificação. O Brasil tem sido constante fornecedor de matérias-primas para o mercado tcheco e eslovaco e, em passado recente, valeu-se de equipamento e métodos aqui desenvolvidos para a implementação de projetos de geração de energia elétrica.

O grau de avanço e variedade alcançados pela indústria brasileira, mesmo em áreas de tecnologia de ponta, permite-nos o desejo de participar deste processo de reestruturação econômica. Vislumbro amplas possibilidades de cooperação entre empresas dos dois países para a criação de empreendimentos conjuntos no domínio dos bens de consumo, da automação bancária e comercial, da produção de equipamentos.

Buscando competir com êxito no mercado internacional, os dois países devem enfrentar o desafio tecnológico. Também neste campo devem ser exploradas todas as possibilidades de cooperação entre empresas e instituições de pesquisa.

A esfera cultural também apresenta imensas perspectivas. Tanto a República Federativa Tcheca e Eslovaca quanto o Brasil têm dado ao mundo mostras de vitalidade no plano de criação cultural. No Brasil, precisamos conhecer melhor a qualidade da música, onde Dvorak e Smetana alcançaram a dimensão de grandes mestres, a inventividade do teatro e da cenografia, a pujança da criação literária e a qualidade do cinema, para citar apenas alguns campos onde se proteja o engenho de seus compatriotas.

Senhor Presidente,

Minha presença em Praga assinala, de forma muito clara, o desejo do Governo e do povo brasileiro de intensificar o diálogo

político e a cooperação bilateral nos mais distintos setores de atividade.

Estou seguro de que esta visita marcará o início de nova e promissora fase nas tradicionais relações entre nossos países.

Permito-me, assim, convidar todos os presentes a erguerem um brinde pelo estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca, pela prosperidade dos povos tcheco e eslovaco, pelo êxito continuado de seu governo, pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante jantar em sua homenagem oferecido pelo
Presidente da República Federativa Tcheca e Eslovaca,
Vaclav Ravel, no Castelo de Praga, em Praga,
no dia 1.º de outubro de 1990.*

Cerimônia de Condecoração do Presidente da República Federativa Tcheca e Eslovaca

Embora não tenha ainda encerrado minha visita oficial à República Federativa Tcheca e Eslovaca — a primeira de um Chefe de Estado brasileiro — posso qualificá-la, desde já, como extremamente construtiva.

Encontrei em Vossa Excelência um interlocutor franco, aberto ao diálogo e ao entendimento e desejoso de conferir às relações entre nossos países uma dimensão cada vez mais ampla e fecunda. Encontrei em Vossa Excelência as qualidades de um líder de estatura verdadeiramente internacional e um homem que ajuda seu povo a identificar os melhores caminhos para o futuro.

Em nossos dias, não há glória maior para um homem público que a de conduzir processo de transformação quando o objetivo é a democracia e a liberdade, e Vossa Excelência tem plenamente esta glória.

Inteirei-me do processo de reformas em curso na República Federativa Tcheca e Eslovaca. Amparado na vontade popular e na determinação de seus dirigentes, este processo há de ter êxito integral.

Os documentos e acordos a serem firmados durante a minha permanência nesta capital magnífica refletem o interesse comum de pôr em prática as diretrizes que estabelecemos para o relacionamento entre nossos países.

Estive, em todos os momentos, cercado por uma atmosfera de atenção e cordialidade, que espelha a generosa índole dos povos tcheco e eslovaco e atesta o apreço e o interesse que o governo deste país dedica ao Brasil.

Levarei de seu país as mais gratas recordações e a certeza de que, doravante, novas e promissoras perspectivas se abrem à nossa frente.

Senhor Presidente,

Em homenagem à contribuição de Vossa Excelência para a intensificação dos laços de amizade e cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Tcheca e Eslovaca, o Governo brasileiro decidiu condecorar Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que tenho a honra de lhe impor neste momento.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante cerimônia de condecoração do
Presidente da República Federativa Tcheca e Eslovaca,
no Castelo de Praga, em Praga,
no dia 2 de outubro de 1990.*

Assinatura de Atos entre o Brasil e a República Federativa Tcheca e Eslovaca

Os documentos que acabam de ser firmados nesta cerimônia revelam o alto nível alcançado no diálogo entre as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca e refletem nossa disposição de ampliar ainda mais a cooperação bilateral.

A Declaração sobre Relações Bilaterais condensa e reitera a essência dos acordos em vigor entre os dois países e cria mecanismo de consultas políticas para conferir ao entendimento que mantemos o caráter de exercício periódico.

Os encontros regulares, que representam a contrapartida, no plano político, das reuniões de caráter econômico-comercial da Comissão Mista, hão de permitir a constante atualidade da análise de nossas relações bilaterais, dos processos de integração regional e da conjuntura internacional.

O Comunicado Conjunto — sumário das conversações que tive o prazer de manter com Vossa Excelência — reflete a cordialidade e o entendimento que presidem nossas entrevistas.

Com efeito, Senhor Presidente, verifiquei com satisfação a identidade dos propósitos inovadores que nos animam, a con-

vergência de nossas teses sobre a atualidade internacional e, sobretudo, a confiança irrestrita que temos nos valores democráticos como paradigma de ação governamental.

Estamos construindo tempos novos. Em nossos dias, cai a importância do componente ideológico nas relações internacionais e passa a sobressair o desejo de entendimento, cooperação, respeito aos direitos humanos, preservação do meio ambiente e paz mundial. O momento é de esperança e os nossos povos hão de ser artífices importantes de uma nova realidade na vida das nações.

Senhor Presidente,

Ao lado da convergência no plano dos valores e dos objetivos políticos, quero assinalar, no importante campo das relações econômico-comerciais, a assinatura de protocolo de intenções de amplo escopo, através do qual as duas partes indicam, de forma clara e inequívoca, as áreas que consideram prioritárias para a intensificação da cooperação bilateral. Foi igualmente firmado um memorando de entendimento a respeito da implementação de contrato assinado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e empresas tcheco-eslovacas para o fornecimento e montagem de um sistema de veículos leves sobre trilhos para a região metropolitana de Belo Horizonte.

Senhor Presidente,

O crescente aperfeiçoamento do quadro jurídico bilateral fortalece as bases para que as relações entre as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca possam desenvolver-se de forma positiva, proporcionando benefícios recíprocos.

Quero deixar registro de minha grande satisfação em ter podido, com minha visita a Praga e a assinatura desses documentos, marcar o início de um período mais promissor e dinâmico.

De retorno ao Brasil, no cumprimento dos acordos hoje firmados, tenho certeza de que a nova realidade que se consoli-

da em nossos países há de favorecer nosso entendimento e estreitar a amizade entre nossos povos.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a cerimônia de assinatura de atos
entre o Brasil e a República
Federativa Tcheca e Eslovaca,
no Castelo de Praga, em Praga,
no dia 2 de outubro de 1990.*

Abertura da Exposição de Produtos Brasileiros e da Mostra sobre a Vida e a Obra do Presidente Juscelino Kubitschek

A exposição que o Palácio da Cultura me reservou a honra de inaugurar homenageia o Brasil numa simbologia cujo alcance e atualidade muito sensibilizam a todos nós brasileiros.

A mostra dá relevo à abrangência e à qualidade da produção industrial brasileira e, ao mesmo tempo, exalta a obra de Juscelino Kubitschek. Em síntese, reúne o fruto com a semente, o espelho da modernização industrial com seu incentivador-mor, o visionário, o estadista, o fundador de Brasília, nossa capital federal.

A grandeza de Kubitschek começava por sua concepção audaciosa do processo de desenvolvimento, para ele uma tarefa obrigatoriamente conjunta entre cidadania e Governo. A intervenção maciça e descontrolada do Estado teria de ceder o passo a programas orgânicos, de que também a iniciativa privada pudesse participar. Prevalciam as metas gerais e as prioridades estabelecidas pelo poder público legitimamente constituído pela vontade popular. Ao Estado, o papel maior de balizar e orientar o processo de desenvolvimento.

«Escreve-se o nome de Kubitschek no cabeçalho de um dos períodos mais democráticos e progressistas da História do Brasil.»

Partindo dessa premissa, o governo Kubitschek promoveu a industrialização acelerada do Brasil, na harmonia do entrosamento entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado, dando início a um processo de substituição de importações, que apenas recentemente se resgatam. Hoje o Brasil conhece novo ciclo de desenvolvimento acelerado, diferente no conteúdo, porque diferente é o momento histórico, mas semelhante na intenção e no estilo.

O governo de Juscelino Kubitschek caracterizou-se sobretudo pela «Marcha para o Oeste», consubstanciada na ocupação integral do território pátrio. A construção de Brasília teve por objetivo colocar o centro de decisões políticas para o interior, criando novo pólo de irradiação do desenvolvimento.

A criação de Brasília, pela enormidade do desafio, pela ousadia do projeto e amplitude dos meios empregados, constitui página de brilho ímpar na história universal do urbanismo e da arquitetura. Tanto assim que, no dia 7 de novembro de 1987, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, reunido em Paris, decidiu celebrizá-la, inscrevendo-a no patrimônio cultural da humanidade.

Pela primeira vez, uma cidade contemporânea entrava para a galeria dos monumentos universais. Outras esperariam mais de um século.

Esses são apenas alguns breves comentários sobre a rica trajetória do brasileiro Juscelino Kubitschek, neto de Martin Kubitschek, cidadão tcheco, que no final do século XIX emigrou para o Brasil, lá deixando, na vitalidade de sua descendência, seu nome gravado para sempre na história nacional.

Escreve-se o nome Kubitschek no cabeçalho de um dos períodos mais democráticos e progressistas da História do Brasil.

Na sua administração, viveu-se a concórdia no País, protegeram-se e garantiram-se amplamente os direitos inalienáveis da pessoa humana. Recebeu ele a faixa presidencial de Nereu Ramos e a entregou a seu sucessor, no final de seu mandato, em clima de plena liberdade e confiança no futuro.

Que a figura de Juscelino Kubitschek, neto de tchecos, nascido em Minas Gerais, simbolize o adensamento das relações entre as Repúblicas Federativas do Brasil e Tcheca e Eslovaca. A sua estatura histórica e política constitui exemplo que a nós, com determinação, nos cabe seguir.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na abertura da Exposição de Produtos Brasileiros e
da Mostra sobre a Vida e a Obra do Presidente Juscelino
Kubitschek, em Praga, no dia 2 de outubro de 1990.*

Entrevista à Equipe da Revista Newsweek

Jornalista: Presidente, a questão do meio ambiente, da devastação das florestas, é motivo de crescente preocupação internacional. Como seu governo está tratando do assunto, já que um dos principais pontos dessa preocupação internacional é a Floresta Amazônica?

Presidente: O Brasil não tem nada a esconder a respeito de qualquer assunto. O novo Governo brasileiro recebe como colaboração extremamente válida qualquer crítica, qualquer denúncia, a respeito do tema meio ambiente ou de qualquer outro. Não temos o complexo que no passado afetava os governantes brasileiros, de achar que críticas construtivas representam uma ameaça à nossa soberania. Ao contrário, somos muito ciosos da nossa soberania para supor que simples críticas possam colocá-la em risco. Nada temos a esconder porque não nos falta coragem para enfrentar os problemas e buscar dar-lhes as soluções devidas. Nesses poucos meses de governo, já conseguimos algumas realizações importantes na questão do controle ambiental. É verdade que ainda é pouco, diante da enorme tarefa que temos pela frente. Mas o importante é que já há, no Brasil de hoje, a consciência de que é importante preservar a natureza. E os brasileiros sabem que têm um governo atento e atuante, um gover-

no que tem uma verdadeira obsessão pela questão da preservação não somente da nossa Amazônia, mas de todo o nosso planeta.

A nossa geração foi muito afetada pela herança ecológica que recebeu, um planeta devastado. Cabe agora a nós, à nossa geração, deixar um planeta habitável a nossos filhos e netos. Precisamos de uma discussão madura sobre essa questão. Não adianta ficarmos nos recriminando mutuamente, o que precisamos é de nos sentar à volta de uma mesa para discutir, de forma madura e responsável, o que cada um pode fazer para ajudar o outro na questão da preservação ambiental. E nesse aspecto, o Brasil tem algo a reivindicar: o acesso do País, dos países em desenvolvimento, de modo geral, às tecnologias ambientais, àquelas que nos ajudem a encontrar formas mais eficazes e mais baratas de impedir a devastação do planeta. E quem tem essas tecnologias são os países mais avançados. Tenho a certeza de que em 1992, quando o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, teremos a oportunidade de fazer desse evento um marco importante na discussão de soluções para a questão ambiental.

Política Nuclear

Jornalista: A imprensa noticiou, tem noticiado, a existência de um poço situado na região amazônica que serviria, ao que se alega, para a realização de testes nucleares. O que o senhor nos poderia dizer sobre o assunto e qual é a política de seu governo sobre a questão nuclear?

Presidente: O que nós verificamos é que, de fato, existia um poço, com um metro e vinte de diâmetro e cerca de 300 metros de profundidade, revestido de aço que, por sua conformação, por suas especificações, serviria para teste de explosão de artefato nuclear. Ninguém sabe quem o fez. É muito difícil se saber quando, como, quem foi o responsável, porque eram questões

que no passado se conduziam de forma clandestina, fora do controle até dos setores responsáveis pela questão nuclear dentro do próprio Governo. A essa altura, não nos interessa saber quem o fez. O fundamental é que os tempos são outros, o Governo é outro. O poço foi tapado, está sendo tapado com concreto, e não há mais nenhuma possibilidade de o Brasil ingressar numa aventura nuclear. Além do que, estamos promovendo uma profunda reavaliação de todo o programa nuclear brasileiro para saber, juntamente com a sociedade e sob o seu controle, o que desejamos em relação à questão. Não será o Governo, nem uma meia dúzia de pessoas dentro do Governo, que estabelecerão as direções, mas a sociedade.

Golfo Pérsico

Jornalista: É do conhecimento corrente a densa relação comercial do Brasil com o Iraque. Diante desse relacionamento, como se coloca o Brasil em relação aos desenvolvimentos recentes no Golfo — a invasão do Kuwait pelo Iraque — e à posição da ONU sobre a matéria?

Presidente: Bom, a posição do Brasil e do meu governo é muito clara em relação a isso. Damos integral e absoluto apoio à Resolução 661 das Nações Unidas e lamentamos, além de condenar profundamente, a invasão do Kuwait por um outro país. Essa ação fere a comunidade mundial num momento particularmente positivo de sua vida, quando se prenunciava a construção de uma década de solidariedade, de paz, de tranquilidade, com os eventos que ocorreram, por exemplo, no Leste europeu. Enfim, estamos solidários à resolução da ONU e apoiamos todas as decisões emanadas de seu Conselho.

Jornalista: A Argentina acaba de anunciar que enviará navios ao Golfo, unindo-se aos esforços aliados conjuntos. O que o senhor acha disso, o Brasil pretende seguir o mesmo caminho?

Presidente: Não, o Brasil não adotará esse tipo de posição. Quanto à atitude do Presidente Carlos Menem, não me cabe nenhum tipo de apreciação.

Jornalista: O bloqueio do Golfo prejudica o abastecimento de petróleo brasileiro?

Presidente: Nós importávamos do Kuwait e do Iraque algo em torno de 160 mil barris diários. Conseguimos compensar a perda desse suprimento com contratos que fizemos com alguns países como o Irã, a Venezuela, Angola e a Nigéria. Portanto, hoje não enfrentamos nenhum tipo de dificuldade no abastecimento; o petróleo que recebíamos desses dois países, antes da crise no Golfo, nos está sendo compensado com fornecimentos adicionais desses países que acabei de mencionar.

Armamentos

Jornalista: Tem-se ouvido fortes críticas ao Brasil por conta da venda de armamentos ao Iraque. O que o senhor poderia dizer sobre isso?

Presidente: O Brasil exportou muito pouco em armamentos se comparado ao que exportaram os países industrializados. Se formos conferir a relação dos armamentos de que dispõe as Forças Armadas iraquianas, vamos constatar que uma cifra ínfima, algo em torno de 0,03%, representa produtos de origem brasileira. E, disso, a maior parte é representada por aviões de treinamento «Tucano». Ou seja, quem armou o exército do Iraque com bombas, com aviões moderníssimos, com armas químicas, foram os países desenvolvidos e não o Brasil.

O que está ocorrendo hoje no Golfo Pérsico afeta duramente o Brasil, sem dúvida alguma. O elevado aumento nos

preços do petróleo coincidiu com o momento em que no Brasil se estabeleceu um programa econômico muito rígido. Mas os problemas causados ao Brasil são muito menores do que o extremo incômodo que esse fato causa à paz mundial. O mundo hoje vive sobressaltos, indignação mesmo, por estar vendo que esse período, que se prenunciava de paz, está maculado por uma ação que conflita com os ditames da Carta constitutiva das Nações Unidas, da qual todos somos signatários.

Dívida Externa

Jornalista: Como estão evoluindo as negociações sobre a dívida externa brasileira com os bancos credores? Já se pode pensar em prazos?

Presidente: O que temos de concreto, hoje, é que o Brasil acaba de assinar uma carta de intenções com o FMI. O Fundo, aliás, já reconheceu o programa brasileiro como um vigoroso e corajoso programa de estabilização econômica. Ao mesmo tempo, a instituição reconhece que o caminho escolhido pelo Brasil, a solução do Brasil para o problema brasileiro, está, coincidentemente, de acordo com o que o Fundo acha que o País deveria fazer. Esse é o primeiro fato. O segundo é que, já em outubro, estaremos iniciando as conversações com os bancos credores; eles querendo receber os atrasados, nós querendo uma renegociação que não penalize nosso crescimento econômico. O que em essência desejamos é assinar um acordo com os bancos que possamos cumprir e não ficar naquela situação do passado, quando sete ou oito cartas de intenções foram assinadas e descumpridas. Queremos um documento que possamos honrar, o que significa que temos que encontrar um denominador comum nessa negociação, um denominador que nos permita voltar a pagar o que estamos devendo, mas dentro de limites que não impeçam nosso crescimento econômico. Eu acredito nas chances de êxito dessa negociação.

Iniciativa para as Américas

Jornalista: Qual a sua percepção sobre a proposta, feita pelo Presidente Bush, da criação de uma zona de livre comércio no hemisfério? O senhor é favorável à iniciativa?

Presidente: Trata-se de uma proposta absolutamente bem-vinda.

Todos nós, talvez com raríssimas exceções, entendemos a iniciativa do Presidente Bush como inovadora, na medida em que abre a discussão sobre temas tão importantes como a dívida externa, as relações comerciais e a integração, que são fundamentais para o desenvolvimento conjunto de nossa região. Desse modo, a iniciativa foi muito bem recebida. Já estamos com os trabalhos adiantados, no sentido de fornecer ao Governo norte-americano, e ao Presidente Bush, algumas sugestões sobre formas de operacionalizar a iniciativa, para não deixá-la cair no vazio. Nossos chanceleres — do Brasil, da Argentina e do Uruguai — já se reuniram no começo de setembro para tratar do assunto. Esperamos poder encaminhar, brevemente, as sugestões a que me referi.

Jornalista: O senhor não poderia nos adiantar algumas dessas idéias que estão sendo estudadas?

Presidente: O Presidente Bush tem uma idéia muito nítida do peso que representa a dívida externa para os países em desenvolvimento, para suas economias. O próprio Plano Brady, ao propor a redução do principal e dos juros da dívida, já demonstrava, na prática, essa percepção de que não é razoável asfixiar-se os países em desenvolvimento, inclusive pelos riscos que poderiam advir ao próprio sistema financeiro internacional e também ao comércio. Acima disso tudo, talvez mais importante do que isso tudo, há hoje, também, a percepção de que se deve reforçar o sentimento de solidariedade universal. Ultrapassada a fase da guerra fria, do mundo bipolar, é natural que se evite

uma nova bipolaridade entre países ricos, de um lado, e pobres, do outro. O mundo caminha para um momento de integração, de interdependência, e isso sugere a solidariedade. Acredito que será dentro desse espírito que todas as ações, não somente do Governo norte-americano mas de todo o mundo desenvolvido, estarão sendo pautadas daqui para a frente.

Inflação

Jornalista: Observa-se, hoje, uma certa retomada do processo inflacionário no Brasil. O senhor teme pelo futuro de seu Plano econômico?

Presidente: Como o senhor sabe, saímos de uma inflação que atingia, em março, aproximadamente 90% ao mês e a reduzimos para o patamar de 12%, em que se encontra hoje. Foi um bom avanço, mas não ainda o suficiente. Parece que será mais difícil trazê-la de 10% para zero do que foi trazê-la de 90 para 12%. O importante a considerar, nesse caso, é que o Governo está há seis meses com um sério programa em execução, baseado em políticas monetária e fiscal muito eficientes; o importante é manejá-las corretamente para que os preços continuem a cair e a inflação se estabilize em níveis aceitáveis. Cabe notar, e se trata de um ponto importante, que o programa de estabilização está buscando combater a inflação dentro de um regime de preços liberados e de realidade tarifária, o que não acontecia em programas anteriores, no Brasil, onde havia o congelamento de preços e o represamento das tarifas públicas.

O quadro de transformações por que atravessa o Brasil é muito mais amplo, porém, do que o produzido pelas políticas monetária e fiscal. Essas políticas são importantes, sim, como atestam a reversão das expectativas do déficit público para 1990; de uma posição deficitária equivalente a 9% de nosso PIB, passamos a trabalhar com a projeção de superávit entre 0,5% e 1%. Mas os esforços vão muito além: tínhamos 27 ministérios,

hoje são 12; tínhamos uma máquina burocrática enorme, afastamos 300 mil funcionários desnecessários; temos um processo de privatização enorme a caminho. Tudo isso nos leva a crer, com firmeza, que a inflação vai baixar. Isso para não falar no contratempo que significou a elevação do preço do barril de petróleo que em curto espaço de tempo passou de 18 para 40 dólares; isso para um produto essencial, do qual temos de importar 50% do nosso consumo.

Liberação da Economia

Jornalista: Senhor Presidente, voltando ao Plano econômico brasileiro, perguntaria sobre as dificuldades que vem encontrando para implementá-lo. Quais são essas principais dificuldades?

Presidente: Ao longo das últimas décadas constituíram-se, no Brasil, duas categorias extremamente nocivas ao nosso desenvolvimento e à nossa integração no mundo moderno. De um lado, criou-se uma camada de capitalistas que se acostumaram a viver à margem da competitividade, sempre ligados a favores do Governo; de outro, instalou-se o corporativismo dos trabalhadores, daqueles que defendiam e continuam defendendo a estatização, o gigantismo do Estado, privilégios, a estabilidade no emprego. Então, desses dois lados estamos enfrentando resistências ao esforço pela modernização do País. Entre os empresários brasileiros temos uma minoria acostumada a praticar margens de lucro excessivamente elevadas; entre os trabalhadores, os que querem ter ganhos salariais sem aumento de produtividade.

O caminho que propomos é o do diálogo. Desejamos nos sentar à mesa para discutir com todos — patrões, empregados, Igreja, partidos políticos, entidades de classe — para buscar um denominador comum que nos permita, ao menor custo social possível, implementar com sucesso nosso programa econômico. Deve-se notar que o grande entendimento nacional já houve, foi o entendimento nas urnas. Tivemos uma eleição de dois turnos

e nos dois, nossa proposta saiu vitoriosa. Tudo o que o Governo está aplicando foi proposto em nossa campanha. Eu propus a redução do tamanho do Estado, meu adversário pregava o crescimento do Estado; eu pregava o fim do corporativismo, ele pregava sua manutenção; eu pregava a privatização, ele a estatização; eu a negociação vantajosa com o Fundo Monetário Internacional, ele, o rompimento com o FMI e não pagar nada da dívida externa. Então, quando a população deu o seu voto, fez a opção por nosso programa. Esse foi o grande entendimento nacional. O que temos de fazer agora, nessa mesa de negociação, é saber como vamos operacionalizar, ao menor custo possível, o nosso programa econômico.

*Entrevista concedida
à equipe da revista Newsweek por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Nova Iorque, EUA,
e publicada na edição de outubro de 1990.*

Comemoração do Dia Internacional do Idoso

Ao lançar o Projeto Vivência no transcurso do Dia Internacional do Idoso, o meu governo abre mais uma importante frente de trabalho na área social. Estamos agora prontos para planejar e coordenar ações do Estado e para mobilizar toda a sociedade em favor do bem-estar dos brasileiros com mais de 60 anos de idade, hoje 10 milhões de pessoas.

Esse é um aspecto fundamental da obra de transformação do Brasil em que estamos engajados. É um dos imperativos éticos que nos movem, é compromisso que assumi com o País e que será cumprido. A posição dos cidadãos mais idosos reflete com nitidez a qualidade e os valores de uma comunidade. Não existe sociedade civilizada onde os mais velhos são vítimas do desrespeito, do descaso e do preconceito. A atitude para com os idosos expressa a postura em relação à própria vida. As gerações que não respeitam as mais velhas gerações não se respeitam a si mesmas e não prezam o seu próprio futuro.

No Brasil os idosos também foram vítimas de um modelo perverso de desenvolvimento, um modelo que deixou de lado a essência das necessidades humanas. Importamos a idéia da valorização da força produtiva dos jovens, mas não cuidamos das condições para que a nossa juventude pudesse produzir mais e melhor.

Assimilamos, de forma distorcida, os hábitos de consumo e a cultura material dos bens descartáveis, mas deixamos de transpor para cá as oportunidades, a segurança e as garantias sociais que as nações mais adiantadas oferecem às suas populações.

«Cabe aos brasileiros mais velhos
o desafio primordial de aproveitar
a liberdade democrática que
já conquistamos.»

O Brasil é sem dúvida um país jovem. Somos, porém, um país jovem sofrido, desgastado pela miséria, pela fome, pela violência física, econômica e moral. Felizmente temos ainda a força da esperança, e essa esperança está intimamente associada à certeza de que transformações sociais e econômicas criarão a possibilidade de uma existência mais longa e mais feliz.

A expectativa de vida das pessoas vem aumentando significativamente nos últimos anos. O brasileiro vive cada vez mais. Mas isso não basta, pois é preciso que viva também cada vez melhor.

Senhoras e Senhores,

Como tenho dito em diversas ocasiões, o Governo não pode resolver os graves problemas do Brasil. Só a sociedade pode salvar a Nação. O que o Governo pode e deve fazer é despertar a consciência coletiva, aguçar a sensibilidade para o drama humano que nos rodeia, mobilizar o melhor da energia e do talento de nossa gente em prol da construção de um país mais próspero e socialmente mais justo.

É esse o sentido com que nesta data convoco o Governo e a sociedade a refletirem em profundidade sobre a situação dos brasileiros mais idosos e a unirem esforços para que superem os quadros de abandono, de pobreza e de marginalidade em que vive a maioria deles.

Temos a responsabilidade e haveremos de encontrar soluções urgentes e eficazes. Chega, porém, de paternalismo e dirigismo estatal. Não podemos ser paternalistas com os nossos pais. Cabe aos brasileiros mais velhos o desafio primordial de aproveitar a liberdade democrática que já conquistamos. É preciso que se organizem na defesa de seus interesses, na divulgação de posições e pontos de vista, e em última instância, na definição das mudanças que desejam.

Essa será a prova mais clara de sua vitalidade, do peso de sua experiência, da força de suas convicções e vontades. É na luta cotidiana por um país renovado que iremos progredir como indivíduos e como membros de grupos e setores da comunidade. Não tenham dúvida, é na luta por uma vida mais feliz que provamos aos outros e a nós mesmos que acreditamos cada vez mais na vida.

Que Deus nos ajude.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na solenidade comemorativa do
Dia Internacional do Idoso,
no Palácio do Planalto,
no dia 5 de outubro de 1990.*

Encontro com os Secretários Estaduais de Justiça

Ouvi com muita atenção e com apurado interesse as palavras do senhor presidente do Fórum Permanente dos Secretários Estaduais de Justiça.

São assuntos que preocupam não só a pessoa do Presidente da República, mas também a todo o corpo do Governo.

Justiça é fundamentalmente do que estamos necessitando, o que precisamos fazer, em todos os campos da justiça social, aí compreendidas a justiça educacional, a justiça da saúde, no sentido mais estrito do termo, e a justiça ao cidadão, no sentido mais amplo.

Isso faz com que tenhamos maior interesse na recuperação do cidadão brasileiro que em algum momento delinqüiu; isso significa que não podemos continuar permitindo que nas nossas penitenciárias sejam forjados esses caracteres e essas personalidades vocacionadas para o crime.

Há um entendimento de que a penitenciária ou o instituto devam ser de reeducação do preso, de modo a fazer com que, saindo dali, ele possa se reintegrar à vida em sociedade, possa participar com seu esforço, com seu trabalho, do crescimento e da prosperidade do País.

Infelizmente isso não vem ocorrendo, e essa é uma das deficiências do aparelho do Estado, que sempre se inclinou para o gigantismo e se esqueceu das suas atribuições e das suas responsabilidades na área social, onde pontifica sem dúvida nenhuma a reeducação do presidiário. Esqueceu-se de dotar as secretarias estaduais com o aporte de recursos, mercê da centralização excessiva de recursos que havia na mão do Governo Federal em anos passados e de uma estrutura de casas de detenção à altura das necessidades dos estados e da sociedade como um todo.

«Justiça é fundamentalmente
do que estamos necessitando.»

Hoje, o Governo vem fortalecendo a sociedade, ao invés de fortalecer o Estado, e nesse trabalho de fortalecimento estamos reduzindo as nossas despesas supérfluas, tornando mais eficientes o aparelho estatal, de modo a que essa gestão do Estado brasileiro gere recursos suficientes para que possamos atender a essas demandas.

Dentro do atendimento dessas demandas, também já estabelecemos critérios; no que tange especificamente às obras, o critério número um é terminar o que já foi iniciado.

O Governo não estará motivado a iniciar novas obras enquanto não for concluído aquilo que já foi iniciado, e, neste ponto, estamos plenamente de acordo com a solicitação feita pelo senhor presidente do Fórum.

A segunda questão que atinge profundamente a nossa sensibilidade é a questão do narcotráfico, do tráfico e do consumo de drogas. Eu pessoalmente me empenhei e me empenho numa campanha de conscientização, sobretudo da juventude brasileira, mostrando que esse não é exatamente o caminho para a felicidade, para o sucesso, mostrando ao jovem como o consumo de drogas é incompatível com a sua própria sobrevivência.

Surgiu aqui uma idéia positiva, e eu comentava há pouco com o Ministro Bernardo Cabral, que é a de implantarmos nas

escolas uma disciplina que trate da questão da droga, mostrando os perigos do seu consumo e explicando o que significa para o organismo, para a vida do ser humano essa prática, do mesmo modo como estamos fazendo com relação ao meio ambiente — estabelecendo a obrigatoriedade de uma matéria tratando especificamente da preservação ambiental. Essa é uma idéia positiva, reafirmo.

Naturalmente que teremos de submetê-la a pedagogos e pessoas com conhecimento mais profundo que possam dizer qual a abordagem correta nas salas de aula, para, ao invés de evitar o consumo, não despertar a curiosidade.

Ao terminar, gostaria de agradecer a presença honrosa de todos os secretários aqui no Palácio do Planalto, ao lado do Ministro da Justiça. Quero dizer também com que satisfação eu vejo o trabalho entrosado que está existindo entre as áreas da Justiça Estadual e da Justiça Federal, e dizer que o nosso posicionamento sempre foi e sempre será o de colaborar, de darmos os braços, de nos apoiar uns nos outros para que possamos, afinal, construir uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Muito obrigado a todos os senhores.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no encontro com os secretários estaduais de Justiça,
no Palácio do Planalto, no dia 9 de outubro de 1990.*

Assinatura de Atos entre o Brasil e o México

Esta cerimônia constitui a expressão de um compromisso: o de lançarmos as bases para uma nova etapa no relacionamento entre o Brasil e o México.

Essa nova etapa, Senhor Presidente, há de construir-se sobre a reiteração da vontade política dos nossos governos e sobre a amizade e simpatia que sempre uniram nossos povos. Há de estar fundada também sobre os fatos concretos que vêm operando a transformação qualitativa da inserção de nossos países no cenário internacional.

O Brasil e o México, mais abertos ao mundo, comprometidos com a modernidade e orientados para a retomada do desenvolvimento, reúnem hoje condições especialmente favoráveis para fazerem de suas relações um instrumento operativo de seu projeto nacional.

A visita de Vossa Excelência bem traduziu esse espírito e essa percepção. Pudemos trocar idéias sobre experiências afins e desafios comuns. Analisamos as relações internacionais contemporâneas com base em uma ampla coincidência de pontos de vista e uma expressiva identidade de programas.

Vimos crescer o interesse recíproco que aproxima nossos países com base nas profundas transformações que neles se pro-

cessam: a reforma econômica, a abertura comercial, a firme e ponderada decisão de buscar a integração em espaços comerciais maiores e mais dinâmicos, a busca determinada de tecnologias avançadas, a reforma do Estado, a desregulamentação, o fim da autarquia e do isolamento, o projeto de inserção competitiva e moderna neste mundo em rápida transformação, que nos oferece oportunidades e desafios.

«Encontramos fortalecida
a identidade que une o Brasil
e o México.»

Examinamos nosso intercâmbio com fundamento em um diagnóstico objetivo e pragmático. Registramos, com otimismo e sentido de responsabilidade, o significativo aumento das trocas entre os dois países, em ritmo que — se mantida a tendência verificada em 1989, de crescimento de mais de 50% no comércio — nos permitirá retomar os níveis expressivos do final da década de 70 e início da década de 80: mais de 1 bilhão de dólares nos dois sentidos.

Encontramos fortalecida a identidade que une o Brasil e o México: dois grandes e dinâmicos países latino-americanos, abertos sem temor do mundo porque confiam em que sua personalidade e sua vocação latino-americanas constituem uma referência a partir da qual podem construir seu projeto nacional e conceber sua ação diplomática.

Senhor Presidente,

Estou certo de que a visita de Vossa Excelência terá servido como elemento central para que interpretemos corretamente os elementos novos e o potencial encorajador que definem e alimentam as relações Brasil-México no início desta década decisiva para nossa história.

O México e o Brasil vêm demonstrando a si mesmos e ao mundo que o futuro deixou de ser a promessa descomprometida

e sempre adiada das elites de outrora para ser uma realidade ao nosso alcance.

Se estivemos unidos e solidários no passado, por nossa identidade comum e pelo destino, pelos desafios e pelas barreiras, com maior razão devemos caminhar juntos agora. Demos um grande passo aqui em Brasília. Vamos prosseguir.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a cerimônia de assinatura de atos
no encerramento da visita do
Presidente do México, Carlos Salinas de Gortari,
em Brasília, DF, no dia 10 de outubro de 1990.*

Cerimônia de Posse do Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho

Parece distante o dia em que Vossa Excelência, Ministro Bernardo Cabral, aceitou o convite que lhe fiz para, da Pasta da Justiça, ajudar-me a mudar o País.

Muito já aconteceu desde fevereiro último, há tão-somente oito meses, quando os designios mais obstinados de reforma e reconstrução nacional esbarravam em obstáculo gigantesco. O Brasil, mergulhado em crise profunda, assistia perplexo e temeroso à desagregação social, à anarquia econômica, ao desnorreamento ético, à incredulidade política.

Os brasileiros perdiam a esperança porque o Governo se distanciara da nacionalidade. A falta de liderança buscava na presença maciça do Estado em todos os aspectos da vida cotidiana a contrapartida por suas omissões. A falta de rumo da política econômica desequilibrava as forças de mercado, e a especulação derrotava a produção. A falta de exemplos de conduta subvertia valores, e onde não há padrões consistentes costumam campear o desrespeito à ordem jurídica, o caos e a impunidade.

Naquele fevereiro histórico, instalados provisoriamente no anexo do Itamaraty, começamos a reconstruir o Brasil à luz do mais ousado dos projetos.

Nosso trunfo era uma proposta modernizadora, revolucionária mesmo, para a sociedade brasileira. Nossa segurança provinha do mandato popular conferido nas urnas, transformando uma plataforma eleitoral com sentido de futuro em um programa de governo com sentido de missão. Nossa legitimidade inscrevia-se no compromisso com o Estado de Direito e os preceitos do regime democrático. Nossa agenda de trabalho centrava-se em curar as mais graves enfermidades do subdesenvolvimento — o desamor pela coisa pública, a descrença no próximo, o fencimento do sonho de um Brasil melhor, mais próspero, mais justo e solidário.

«O Brasil de hoje já se permite
o orgulho de um país reabilitado
com sua grandeza cívica.»

Muito conseguimos realizar desde então, Ministro Bernardo Cabral. O Brasil de hoje, embora ainda longe do ideal que perseguimos e merecemos, já se permite o orgulho de um país reabilitado com sua grandeza cívica. A República reassume seu dever primeiro de representar, defender e projetar a voz soberana da nacionalidade. O Estado abandona o papel de tutor da sociedade. O Governo volta a ser o patrimônio do povo e apenas em seu nome está autorizado a funcionar.

Durante esses oito longos e fecundos meses, Ministro Bernardo Cabral, não houve um só instante em que me faltassem seu apoio, sua dedicação e sua lealdade. Hoje, quando Vossa Excelência deixa meu Ministério, estou convencido de traduzir os sentimentos de todos ao recordar que, sob sua gestão à frente da Pasta da Justiça, o povo consolidou suas liberdades essenciais, o País amadureceu sua vocação democrática e a sociedade recuperou por inteiro suas prerrogativas. A Pátria muito lhe deve, Ministro Cabral. Não o esqueceremos.

Convidei o Senador Jarbas Passarinho para assumir o Ministério da Justiça por considerá-lo à altura do desafio que con-

tinuamos a enfrentar no aperfeiçoamento crescente das instituições nacionais e da ordem jurídica. Incorporo a meu Gabinete um homem público cujo *curriculum* de serviço à nação brasileira se escreve com letras maiúsculas, e cuja respeitabilidade não conhece fronteiras no cenário político do Brasil contemporâneo.

Parlamentar de inexcelsível lucidez e dignidade, Governador do Pará, Ministro de Estado do Trabalho, da Educação e Cultura e da Previdência Social, Jarbas Passarinho sempre foi um dedicado servidor da Pátria.

O Brasil agora o convoca de novo. Precisamos de sua experiência. As instituições nacionais reconhecem sua probidade e sua estatura. Para este Governo, a tarefa de reconstrução do País passa necessariamente pela confiança irrestrita em seus homens públicos. Seja, Ministro Jarbas Passarinho, bem-vindo ao projeto do Brasil novo que tenho a honra de presidir.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a cerimônia de posse do
Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho,
no Palácio do Planalto,
no dia 15 de outubro de 1990.*

Comemoração da Semana da Asa

Sinto-me feliz por esta oportunidade de reunir-me uma vez mais com os que fazem a Força Aérea Brasileira. Encontramos hoje para celebrar o transcurso da Semana da Asa, momento em que a Nação reflete sobre a importância do trabalho de nossos compatriotas que dedicaram a vida a voar e a fazer voar. A história da aviação é uma história de coragem, de força de vontade, de criatividade. Nesse sentido, ela sintetiza o progresso dos homens e simboliza a atitude com que devemos enfrentar os desafios diante de nós.

Ao homenagear nesta data a família dos aeronautas, volto meu pensamento para o Brasil como um todo, para esse povo a que nos orgulhamos de pertencer.

A vida não tem sido fácil para nós. A dimensão de nossos problemas sociais, de nossas deficiências econômicas é de impressionar. As soluções são onerosas e difíceis. Muitos resultados não surgem da noite para o dia.

Mas já existe luz no horizonte. A democracia segue seu curso sadio e a sociedade toma suas decisões. O Governo confirma nas urnas que sua atuação é compreendida e apoiada pela maioria. O País transforma favoravelmente a sua imagem aos olhos do mundo. Estão de volta a esperança e a confiança no Brasil.

Recuperamos a possibilidade de acreditar. Vencemos a primeira batalha. O Brasil deve mobilizar-se com energia ainda maior para as etapas que nos esperam. A realidade, aqui dentro e lá fora, é promissora, mas é também complexa e instigante. A hora exige o melhor de nós, de nossos talentos e vocações, do empenho de cada um em participar das conquistas da humanidade, lutando pelo desenvolvimento da sociedade brasileira.

O meu governo vai cumprir a sua missão e os seus compromissos sem vacilações ou pausas para descanso. Trabalhar pelo Brasil não cansa: renova as convicções de quem as tem, traz de volta as de quem já havia perdido.

Como o ardor patriótico do soldado, minha fé no Brasil é absoluta; minha dedicação ao projeto de reconstrução do País é rigorosamente integral. Para a Nação e para o Governo, o ânimo é o mesmo do primeiro dia de nossa caminhada. Vamos vencer, com a ajuda de Deus.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante almoço com oficiais da
Força Aérea Brasileira, alusivo à
Semana da Asa, em Brasília, DF,
no dia 19 de outubro de 1990.*

Entrevista Coletiva à Imprensa em 26 de Outubro de 1990

Eduardo Oinegue (revista Veja): Presidente, bom-dia. Eu gostaria de saber como o senhor avalia o impacto dos fatos da semana passada para a imagem do Governo.

Presidente: Inicialmente eu gostaria de tecer alguns rápidos comentários sobre a viagem que acabo de fazer a Portugal, onde passamos quatro dias em Lisboa e outras cidades, na companhia do Presidente Mário Soares e do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, e pudemos avaliar com precisão o enorme desenvolvimento que vem experimentando a economia daquele país.

Ontem, ao me despedir do Presidente Mário Soares, lembrava-lhe que aquela era a primeira oportunidade, desde 1922, que um Presidente brasileiro e um Presidente português democraticamente eleitos se encontravam. Somos, então, parceiros nessa nova fase de afirmação democrática por que passa todo o mundo. E somos parceiros também na modernidade, pois os dois países entendem como fundamental sua inserção competitiva no mercado internacional. No caso de Portugal, a inserção na Comunidade Econômica Européia, do mesmo modo que nós estamos procurando nos integrar na América Latina, a partir do Cone Sul. Contamos ter, em Portugal, a boa acolhida, a porta generosa de ingresso dos nossos produtos no Mercado Comum

Europeu. Desse modo, essa nossa visita a Portugal marca uma nova fase no nosso relacionamento. Sem abriremos mão da forma carinhosa — porque estamos historicamente vinculados há séculos — com que sempre nos tratamos, devemos ingressar numa fase mais pragmática, mais objetiva, consolidando também no âmbito econômico um relacionamento que já é muito bom nos campos político e cultural.

Bom, entrando em sua pergunta, muitos fatos ocorreram nos dias em que estive ausente, suscitando inúmeras dúvidas. Essas dúvidas não podem perdurar, uma vez que o Governo tem um compromisso absoluto com a transparência e com a lisura de todos os seus atos. Ainda há pouco, despachando com o novo Presidente da PETROBRÁS, Dr. Eduardo Teixeira, determinei-lhe que em cinco dias úteis preparasse uma análise absolutamente rigorosa, minuciosa, criteriosa, da proposta que foi feita à PETROBRÁS (pelo adquirente da VASP), para saber se essa proposta de alguma maneira afetou a vida da empresa ou causou danos, por menores que sejam, às suas contas. Daqui a cinco dias o novo presidente da empresa estará me entregando esse relatório, sobre cujo conteúdo será dado conhecimento público. O que temos até agora são comentários, são observações e análises feitas por órgãos de imprensa e indivíduos, formuladas sem base em fatos concretos, em fatos reais. Eu quero conhecer esses fatos nas suas minúcias, e não somente eu, como Presidente da República, mas também toda a sociedade brasileira.

Mandato Presidencial

James Gama (TV Manchete): Presidente, a imprensa noticiou que em sua viagem a Portugal o senhor teria confidenciado ao Presidente Mário Soares — aliás, segundo ele mesmo — que o mandato de cinco anos seria muito curto para se cumprir um programa de governo e que, por isso, o senhor gostaria de ficar 10 anos no poder. Como já existe uma emenda do vice-líder do

Governo no Senado, Ney Maranhão, propondo a possibilidade de reeleição do Presidente, de governadores e de prefeitos, perguntaria se o senhor está pensando na reeleição.

Presidente: Não estou, e não foi exatamente isso o que eu disse ao Presidente Mário Soares. Comentávamos sobre as eleições portuguesas do próximo dia 13 de janeiro, em que o Presidente Mário Soares é candidato à reeleição. Em resposta a uma pergunta sua, informei-lhe que a reeleição não era permitida no Brasil e disse-lhe que nem precisaria de uma reeleição porque esses primeiros oito meses de governo significaram uns 10 anos para mim, devido ao enorme avanço que estamos conseguindo, inclusive na mudança de hábitos, numa mudança cultural do País. Essa foi a nossa conversa, na qual em nenhum momento fiz menção à questão da reeleição, mesmo porque se trata de instituto regulado em nossa Constituição, além do que não me anima projetar meu futuro político antes de completar meu mandato.

Tenho um compromisso com a sociedade brasileira, que é o de exercer um governo na sua plenitude, dentro de todas as atribuições que me são conferidas pela Constituição, para promover uma verdadeira reformulação na economia brasileira, modernizar o País, fortalecer as nossas instituições democráticas e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Eu sempre lembro que todo esse programa de ajuste econômico só terá sentido no momento em que pudermos capitalizar os ganhos que advirão do reajuste em investimentos na área social, onde os indicadores brasileiros são realmente muito maus e desprimorosos. O nosso objetivo principal é fazer esse esforço para equilibrar o nosso orçamento, estabilizar nossa economia, acabar, aniquilar de uma vez por todas o dragão inflacionário, para nos inserirmos na modernidade do mundo que se constrói hoje. Aí, sim, poderemos finalmente dar ao povo brasileiro a qualidade de vida que ele merece.

Rosana Liberado (Rádio Eldorado): Presidente, durante o segundo turno das eleições presidenciais, o senhor garantiu que o assalariado não seria sacrificado por seu programa econômico. Contudo, pelas projeções da área econômica do Governo — em

dados que foram apresentados pelos negociadores da dívida externa — a expectativa é de demissões acentuadas e de um grande número de concordatas, a partir de janeiro. Como o senhor pretende conciliar o compromisso de campanha com a realidade dos fatos?

Presidente: O compromisso da campanha, mais do que nunca, está de pé e não será em nenhum momento abandonado em suas vigas mestras. O nosso compromisso com a sociedade brasileira é o de fazer do Brasil um país do qual todos se orgulhem. Não estamos construindo um Brasil para amanhã, nem para a semana que vem, nem para uma negociação da dívida externa; nós estamos construindo o Brasil para o futuro, para que possa terminar esse século e ingressar no terceiro milênio de uma maneira socialmente mais justa e solidária.

Ajustamento Econômico

O ajustamento econômico está trazendo dificuldades para aqueles que são ineficientes, sobre isso sempre alertei. Adverti para que praticassem margens de lucro menores, para que não repassassem para os preços os reajustes de salários que estão sendo concedidos, porque as margens de lucro praticadas no Brasil são excessivamente elevadas. Isso ocorria por conta de todas as distorções que sabemos, pelo excesso de cartórios, de proteção, do paternalismo que o Estado tinha em relação à economia como um todo, coisas, enfim, que não podemos permitir que continuem ocorrendo.

Ao longo de todos esses anos de proteção, de paternalismo e clientelismo, o Brasil não exigiu de nossos empresários que buscassem a eficiência e a competitividade; tinham eles ganhos elevadíssimos no mercado financeiro ao invés de investir na produção, em estoques, na capacidade instalada, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Com essa abertura que o Brasil está promovendo só sobreviverá quem for competente. Há que se ter de uma maneira rápida, embora paulatina, a ex-

posição de nosso parque industrial à competitividade. Aqueles que teimaram, ao longo desses meses, em apostar contra o programa econômico, em apostar contra a sociedade brasileira, são os que estão agora passando pelas dificuldades que já prevíamos. É fundamental que se busque a eficiência, há que se aquecer os músculos da competitividade, e competitividade só se obtém na medida em que o empresário, o industrial, seja eficiente.

Nas viagens que tenho feito, onde chego, pessoas das mais diferentes correntes ideológicas têm sempre uma palavra de entusiasmo sobre o trabalho que estamos fazendo no Brasil. Esse não é um processo no qual se colham frutos no dia seguinte, o que, mantendo a imagem, contrariaria o próprio fator biológico: uma árvore que plantamos hoje não dará frutos amanhã. Temos a consciência de que escolhemos o caminho correto. Embora sacrifícios estejam sendo exigidos da sociedade, há agora a compreensão de que está valendo a pena fazer esse sacrifício. Há a convicção íntima de que o programa econômico está aí para ser implementado, porque é um programa que veio com a força das urnas, com a força do apoio popular que nas eleições do ano passado elegeram mais do que um Presidente da República, elegeram também um programa de governo. Por isso, esse programa não é meu, nem de meus auxiliares, é de toda a população brasileira. Continuamos determinados a conduzir esse programa a bom termo, temos a certeza de que ele vai dar resultados positivos.

Temos alguns obstáculos a superar; nós não poderíamos, por exemplo, imaginar que essa crise no Golfo Pérsico viesse a pesar tão fortemente sobre nossas contas como está pesando. Ninguém poderia prever que isso ocorreria, mesmo porque com o fim da guerra fria, com o fim do conflito Leste-Oeste, o fim dessas barreiras ideológicas, imaginávamos que pudéssemos ter uma década de prosperidade e de paz mundial. Infelizmente, essa paz foi quebrada pelos eventos ocorridos no Golfo Pérsico, numa área que é fundamental para o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido porque fornece petróleo. Com os preços saltando de 16 dólares para 40, 41 o barril, como chegou a alcançar na semana passada, todos podem bem imaginar o impacto que isso significa sobre nossas contas e nossa economia.

O importante é que o programa está sendo rigidamente aplicado. Não estamos nos desviando do curso em nenhum instante, e é exatamente isso que dá segurança absoluta a todos, a certeza de que os frutos que advirão do sucesso do programa econômico não demorarão tanto quanto poderia prever algum economista mais voltado para um academicismo periclitante do que qualquer outra coisa.

Imprensa

Jozafá Dantas (Correio Braziliense): Presidente, o senhor foi eleito pregando a plena democracia. Mas, recentemente, o País viu a volta da censura, com o novo Ministro da Justiça e, mais recentemente, aqui no Palácio do Planalto, nós tivemos a cassação da credencial de um repórter. Eu perguntaria a Vossa Excelência, isso não seria um retrocesso, dentro da democracia?

Presidente: Não, não há absolutamente nenhum retrocesso. Sobre a questão do credenciamento, estou tomando conhecimento disso agora, mas acho que é uma atitude que cabe ao Secretário de Imprensa credenciar ou descredenciar, assim como cabe a uma empresa, por exemplo, admitir ou demitir um jornalista. Não podemos acusar um jornal de não estar praticando a democracia por ter demitido um de seus funcionários, ou por ter admitido outro, não é? Isso faz parte da própria dinâmica do processo.

Quanto ao outro ponto, não há nenhum tipo de censura. Há apenas uma sugestão, uma colocação feita, porque precisamos cuidar um pouco da forma como as coisas vêm se desenvolvendo. Cartas que recebemos, com reclamações, e comissões que vêm aqui ao Palácio pedem que o Governo aja no sentido de evitar que certas cenas, consideradas impróprias para um determinado horário, sejam levadas ao ar nesse horário. Exatamente como ocorre em qualquer país desenvolvido do mundo. Na televisão européia, por exemplo, não se vê certo tipo de pro-

grama em determinados horários. Nos cinemas, a mesma coisa. Há uma recomendação, não uma imposição, não «impróprio para menores de tantos anos», mas «não é recomendado para pessoas com idade inferior a tal». Esses são recursos que a sociedade democrática encontra para preservar valores que lhes são muito importantes, na formação da criança e do adolescente. Isso não significa censura. Longe de nós o exercício de qualquer tipo de censura. Mas temos, como representantes da sociedade, de determinar certas ações, pelo menos a título de sugestão, para preservar valores que ainda são muito caros, muito vivos, para a população brasileira como um todo.

Entendimento Nacional

Carlos Mcarthur (TV Bandeirantes): Senhor Presidente, com o Ministro Passarinho na Pasta da Justiça, a CUT fica mais distante do Pacto Social. E outras lideranças sindicais, como a do Luiz Antônio de Medeiros, da CGT, pedem um realinhamento salarial. O senhor acredita que com essas posições ficará mais distante e difícil o alcance de um Pacto Social?

Presidente: Não, absolutamente. Temos que observar o princípio democrático. Em um regime presidencialista, cabe ao Presidente da República escolher seus auxiliares. O quadro democrático ficaria subvertido no momento em que o Presidente da República tivesse que consultar este ou aquele setor antes de nomear alguém para determinada função. O que se deve observar não são as pessoas, mas a maneira como o Governo, em seu conjunto, se comporta.

O Senador Jarbas Passarinho é um homem público extremamente conceituado, inclusive junto à própria central sindical à qual o senhor se referiu. Muitas pessoas privam da sua amizade e lhe têm consideração, mercê do trabalho que desenvolveu na Constituinte, na formação da nossa nova Constituição. Ele tem autoridade, é um homem de diálogo, é um político que co-

nhece o Congresso como poucos, e, sobretudo, tem espírito público. Por essas razões, a presença do Senador Jarbas Passarinho no Ministério da Justiça nos faz entender que o diálogo está sendo estimulado, e nunca o contrário.

Quanto à questão do realinhamento salarial, acho que o líder sindical Medeiros tem toda a representatividade para expor seus pontos de vista, suas opiniões, o que ele, aliás, faz sempre com muita propriedade. Mas toda essa questão, naturalmente, deságua na mesa do entendimento nacional.

Unidade de Comando

Edith Silva (Rádio Globo): O senhor tem dito que quem destoa não fica em seu governo. Eu gostaria de saber se na próxima reunião ministerial, marcada para a semana que vem, o senhor vai deixar isso bem claro a todos os seus auxiliares diretos. Gostaria de saber, também, se o resultado da eleição serve como termômetro para uma reforma ministerial.

Presidente: Essa é uma verdade da qual não podemos nos ausentar. No Governo, quem estiver destoando deve sair. Às vezes, as pessoas saem por motivo de foro íntimo, e aí não cabe a qualquer de nós estabelecer padrões. Mas há aqueles que destoam, que estavam destoando do conjunto do Governo. Esses, naturalmente, têm que sair, porque não podemos ter pessoas trabalhando desconectadas da orientação geral do Governo. Quando administrava minhas empresas, determinava que a linha seria tal. Se viesse um diretor, subordinado a mim, dizer que tinha que ser de outra maneira, ou ele se adaptava à minha orientação ou tinha que sair. A mesma coisa vale em relação ao Governo.

O Governo tem que ter unidade de comando, e deste comando não abro mão em nenhum instante. E essa unidade tem que ser repassada para todos os escalões do Governo. Hoje temos como prioridade absoluta nosso Plano de estabilização eco-

nômica, nossa determinada briga contra a inflação. Enquanto não aniquilarmos, de uma vez por todas, esse dragão da inflação, enquanto não acabarmos de uma vez por todas com a possibilidade de déficit no nosso orçamento, enquanto não estivermos com nossa economia estabilizada, nada será prioritário. Aqueles que julgam que as prioridades devem ser outras, devem pedir para sair do Governo, ou aceitar que nós os convidemos para sair.

Isso é o que vem acontecendo até agora e que continuará acontecendo. O Governo é como uma máquina. No momento em que se percebe que uma peça da máquina não está funcionando corretamente, temos que trocá-la. Isso é uma coisa absolutamente natural, absolutamente normal, não é razão para surpresas.

O comando da área econômica está entregue, por minha delegação expressa, à Ministra Zélia Cardoso de Mello, que se está havendo excepcionalmente bem na condução de nossas políticas e na do nosso programa econômico. Então, não seria de bom tom, em nenhum instante, que se quisesse obstar a ação que a Ministra Zélia, em meu nome, vem colocando em prática nesses primeiros meses, e também nos futuros meses de governo.

Petrobrás

Gutemberg de Souza (Folha de S. Paulo): Presidente, bom-dia. O noticiário dos últimos dias dá conta de uma influência muito grande do empresário Paulo César de Farias em assuntos do seu governo. Eu queria saber se esse empresário é mesmo seu amigo. E, no caso da PETROBRÁS, o senhor diz que já encomendou um relatório sobre a qualidade da proposta feita pela VASP. Eu gostaria de saber como o senhor vê o anunciado envolvimento pessoal do Sr. Paulo César e também do seu Secretário-Geral, Marcos Coimbra, nesse episódio.

Presidente: Eu diria a você que meus amigos são os anônimos, são aqueles que, nas duas campanhas eleitorais, confiaram na nossa proposta, acreditaram na nossa vontade e colocaram seus votos de esperança, de confiança, nas urnas. Esses são os meus amigos, são os que apoiaram e não me trazem dificuldades, nem me criam constrangimentos.

Eu quero dizer que hoje estamos trabalhando com um ideal, com o sentido de missão. O Governo faz absoluta questão de ser transparente em todos os seus atos, absolutamente transparente. A credibilidade deste Governo não será afetada nem atingida, em nenhum instante, pela eventual omissão de qualquer de seus integrantes. Portanto, toda essa questão ocorrida com a PETROBRÁS tem que ser apurada, tudo tem que ser apurado: que tipo de envolvimento tem, que tipo de envolvimento não tem... Porque o fato de ser parente do Presidente, amigo do Presidente, conhecido do Presidente, não dá, minha gente, direito a essa pessoa ou a essas pessoas de terem um salvo-conduto. Eles não têm delegação do Presidente para agir em seu nome. Tenho a certeza de que hoje o Governo está bem alertado quanto a isso.

Quem tem influência neste Governo são os ideais que nos impregnam neste momento, de construir um País sério, um País digno, e um Governo que, muito mais do que palavras e discursos, tenha exemplos a dar. Nós temos de dar o bom exemplo, para que nele a sociedade possa se mirar. Qualquer equívoco, qualquer deslize que venha a ocorrer — e problemas desse tipo podem ocorrer em qualquer gestão — levará o Governo a tomar, imediatamente, as atitudes mais sérias e rigorosas, para dar conhecimento à sociedade, para deixar transparentes todas as suas atitudes. É exatamente isso o que estamos fazendo nesse episódio.

Como os senhores sabem, cheguei de Lisboa hoje às 9h30min e, já às 10, estava reunido com o presidente da PETROBRÁS. Às 11h, convoquei esta entrevista coletiva para que conversássemos abertamente sobre todas essas questões. Este Governo não tem absolutamente nada a esconder porque não nos falta coragem e determinação para enfrentar os problemas. O Governo tem que ser o espelho do que a sociedade deseja que

ele seja, e é isso o que o Governo vem fazendo, é dessa forma que o Governo vem se pautando. Daqui a cinco dias úteis, como já disse, será dado conhecimento ao público, e ao Presidente da República, dos resultados desta averiguação rigorosa que determinei fosse feita pelo presidente da PETROBRAS sobre se essa proposta, em algum momento, trouxe dano ou prejuízo à empresa.

Inflação

Helival Rios (Jornal de Brasília): Presidente, a sociedade inteira está preocupada hoje com a resistência de queda apresentada pela inflação. Houve um choque agrícola em agosto, houve a questão da crise no Golfo Pérsico, que provocou impacto nas contas do País, que é ainda importador de petróleo. Há uma resistência, representada por uma indexação informal na economia e, também, um fator especulativo. Tudo isso está contribuindo para essa resistência. O mercado financeiro está trabalhando com suas taxas futuras ao redor de 14%, o que gera um temor na sociedade de que voltemos aos patamares de 15%, depois, de 20%, e que se perca o controle. Gostaria de saber, exatamente, qual a estratégia do Governo para enfrentar essa resistência inflacionária.

Presidente: Veja bem, a preocupação hoje, em muitos setores importantes da economia nacional, não é pelo eventual aumento da inflação. A preocupação é outra, é a de que essa inflação caia. Mas ela vai cair e arrastar junto com ela, como já venho advertindo há tempos, aquelas empresas que não atentaram para a necessidade de revisão de seus custos e de suas margens de lucro, que não deram atenção à necessidade de se tornarem eficientes o mais rapidamente possível.

O que o senhor acaba de citar é verdadeiro; se não tivéssemos tido esse choque agrícola e a crise no Golfo Pérsico, estaríamos numa situação muito melhor. Nós tivemos que utilizar

com muito rigor os instrumentos de política monetária, de modo a evitar que a base se elastececesse demasiadamente, o que poderia redundar numa escalada descontrolada da inflação. Conseguimos, graças a esses instrumentos, mantê-la nesses patamares, entre 12 e 14%, alguma coisa nesse nível para este mês. Já verificamos que os preços não estão crescendo com a mesma intensidade do mês passado, de modo que torna-se viável buscarmos taxas mais baixas já no começo do ano que vem. Temos é que atentar para essa demora que está tendo o setor produtivo em se adaptar ao novo tempo.

Brasil e CEE

Humberto Gianini (ANSA): Senhor Presidente, sua viagem a Portugal está sendo classificada pela imprensa internacional como uma grande abertura econômica e política. Qual será sua missão, depois de já ter falado com o Presidente Mário Soares, sobre a inserção do Brasil na Comunidade Econômica Européia, através de Portugal?

Presidente: Fundamentalmente, pela formação de *joint ventures* entre empresas brasileiras e portuguesas. E a formação dessas será facilitada pelas relações extremamente privilegiadas mantidas entre os dois países. Enfim, motivos é que não nos faltam para justificar essa posição do Brasil e de Portugal, de estarem associados, se ajudando mutuamente através dessa formação de *joint ventures* que nos permitam participar de um mercado tão importante quanto o da Comunidade Européia.

Petróleo

Mônica Gugliano (Rede Brasil-Sul): Eu gostaria de saber sua opinião sobre o monopólio do petróleo. As pessoas têm falado

muito sobre o assunto, o Presidente da PETROBRÁS, Eduardo Teixeira, falou sobre o assunto...

Presidente: Bom, acho que a declaração do presidente da PETROBRÁS está correta, na medida em que está dentro do que prevê a Constituição. Num dos artigos das Disposições Transitórias da Constituição está prevista a própria revisão da Carta em 1993, quando qualquer assunto poderá ser discutido. Temos, fundamentalmente, que cumprir com rigor a Constituição. E ela determina que o petróleo é um monopólio do Estado e assim será até que, na revisão constitucional de 1993, se modifique, se for o caso, a determinação. Na Constituição existe também um dispositivo que diz que o sistema de governo é o presidencialista, mas nem por isso as instituições ficam ameaçadas quando se debate sobre a possibilidade do parlamentarismo, porque também em 1993 haverá um plebiscito para decidir a matéria. O importante é que a Constituição seja absolutamente cumprida pelo Governo e por toda a sociedade brasileira.

*Entrevista coletiva concedida à imprensa por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 26 de outubro de 1990.*

VII Reunião Ministerial

Senhores Ministros,

Senhores Secretários,

Antes de entrar nos temas específicos desta reunião, quero fazer um breve comentário sobre a visita que acabo de fazer a Portugal. Mantive intensas conversações com o Presidente Mário Soares e com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, verdadeiros líderes de uma Europa moderna. São personalidades, sem dúvida, de quem pode se afirmar que contribuíram, de forma decisiva, para criar um novo Portugal: o Portugal da consolidação democrática, da modernidade econômica, de uma presença forte na Comunidade Européia, de uma atuação internacional abrangente e criativa.

Encontrei um país de forte dinamismo em todas as áreas e conduzido com grande sabedoria política. Encontrei um país próximo ao Brasil, de maneira que vai muito além dos bons e carinhosos laços de fraternal amizade que nos unem historicamente. Chamei atenção, em um dos meus pronunciamentos, para o fato de que, pela primeira vez desde 1922, presidentes dos dois países, eleitos ambos democraticamente, encontravam-se em uma visita de Estado. A democracia sedimentou uma linguagem política comum, ao mesmo tempo em que a atitude idêntica de defesa da economia de mercado e projetos convergentes de modernidade dão bases para que as relações luso-brasileiras ganhem sentido pragmático e efetivo.

Voltei com a certeza de que abrimos uma fase nova no relacionamento entre os dois países. A fraternidade exemplar será agora continuada com programas objetivos de trabalho comum e de cooperação. Estou muito satisfeito, portanto, com os resultados da visita e certo de que representou um passo expressivo na política externa brasileira.

«A era dos milagres já acabou,
estamos na era do trabalho.»

Convoquei esta reunião de meu Gabinete para que façamos juntos uma reflexão sobre o momento brasileiro. Estas reuniões têm o sentido de reforçar, perante a sociedade e perante cada um de nós, a unidade de pensamento e de trabalho em nossa equipe. O encontro desta manhã coincide com a presença, nos meios de divulgação, de críticas que apontam supostos atritos entre setores e pessoas do Governo.

A crítica é normal e necessária, mas deve ter fundamento, e não pode atender a interesses particulares que julgam ganhar com a criação de imagens afastadas da realidade.

Na era das comunicações instantâneas, existe a tentação de emitir julgamentos definitivos a partir de avaliações apressadas e superficiais. Entre certos analistas da vida das sociedades, criou-se uma espécie de impressionismo que alega ser objetivo, mas, na realidade, é carregado de subjetividade.

Os fatos são com freqüência objeto de leituras distorcidas e recebem um tratamento em que o episódico se sobrepõe ao permanente, em que o falso drama se sobrepõe às coisas do dia-a-dia, em que a parte se sobrepõe ao todo.

Mas esse é um traço do mundo atual e não se pode ficar à espera de que a história venha finalmente corrigir a interpretação dos acontecimentos. Quando se pretende mudar a realidade, é preciso saber atuar com a objetividade, com os dados concretos e a atmosfera política do momento. Não há outra forma de

praticar a democracia. Não há outro caminho para a conquista de um amanhã melhor.

A era dos milagres já passou. Nos sistemas democráticos ninguém aceita viver de falsas noções. Estamos na era do trabalho. O Governo não tem receio dos fatos, pois os encara e está convencido de sua capacidade de liderar a Nação na luta para alterar os aspectos negativos de nossa realidade. O Governo acredita também em sua capacidade de tomar atitudes que consolidem e mantenham a confiança dos brasileiros em si próprios, nas instituições e no futuro desta Nação.

«Todos os atos do Governo, do mais simples ao mais complexo, deverão estar modelados pela mais estrita razão ética.»

Formei uma equipe de governo jovem, ousada e corajosa. Nunca houve, em nossa história republicana, uma renovação de quadros tão profunda e abrangente; nunca houve transformações tão completas e coerentes com o que se propõe. Essa é a vontade do povo manifestada livremente nas urnas. Os brasileiros querem mudanças radicais e nós começamos a fazê-las desde o último dia 15 de março.

Completamos este grupo com pessoas de ampla experiência, na área política, na vida parlamentar, no diálogo entre o Executivo e o Congresso Nacional, na arte de lidar com os atores e cenários que saem das urnas. Engajamos também personalidades mundialmente reconhecidas e respeitadas no campo científico, ambiental e acadêmico.

Todos os integrantes de meu governo — dos mais jovens aos menos jovens — têm um traço em comum: aqui só se obedece ao interesse público. Aqui se trabalha por uma causa e por amor ao Brasil.

Essa verdade incomoda aqueles poucos que muito se beneficiavam dos vícios do passado. O meu governo não deve favo-

res a quem quer que seja; deve apenas ao País o resgate dos compromissos assumidos, tanto no que diz respeito à execução de nosso programa como no que se refere ao exemplo de lisura, abnegação e patriotismo que temos a obrigação de dar ao Brasil e ao mundo.

São esses os valores pelos quais a sociedade deve avaliar o desempenho desta equipe. Os julgamentos baseados na hipocrisia jamais se prestaram a atitudes construtivas.

O Governo é composto de homens e mulheres que vivem, que sentem e que sofrem como todos os seres humanos. Não se pode pretender que deixem de ser gente. O que se pode é exigir, como eu exijo, que no trato da coisa pública eles sejam eficientes, devotados, leais e incansáveis trabalhadores. Que se superem a cada dia.

Para mim — e há de ser assim para a minha equipe — governar não é somente a realização de políticas bem concebidas que tenham efeitos sobre a realidade econômica ou social. Todos os atos do Governo, do mais simples ao mais complexo, deverão estar modelados pela mais estrita razão ética. Além de rigorosamente obediente ao que mandam as leis, cada ato deverá incorporar uma visão do interesse público que o converta na melhor e mais justa decisão para toda a nação brasileira. A ética da vida pública manda repudiar as ações que beneficiam os interesses particulares e exige decisões que defendam e promovam os interesses verdadeiramente coletivos.

«O brasileiro começa, finalmente,
a orgulhar-se do Estado
que o representa.»

Diante das dificuldades que temos, da insensibilidade de tantos em relação aos contrastes sociais, às ilhas de pobreza, ao abandono do menor, os agentes do Estado estão obrigados a um comportamento que os torne verdadeiros exemplos para a criação de um novo padrão de convivência entre os brasileiros.

É o rigor na postura ética que transformará, de forma definitiva, a imagem e a prática do Estado. Meu governo está identificado com a luta pela mudança social, está identificado com a absoluta proibidade administrativa, está identificado com a liderança segura, com a fé no ideal democrático, com a criação de um futuro de justiça, bem-estar e dignidade para o cidadão.

Desde 15 de março, a coisa pública vem sendo tratada com rigoroso sentido ético, de tal forma que o brasileiro começa, finalmente, a orgulhar-se do Estado que o representa. Estamos combatendo a corrupção e a sonegação como nunca se fez antes. É muito ilustrativo, dentre tantos outros, o esforço do Governo na apuração rápida das fraudes contra a Previdência. Os resultados já começam a aparecer, junto com as punições. Trabalhamos, assim, para a moralização da vida nacional e para o fortalecimento do sistema previdenciário, que constitui um instrumento indispensável à realização de nosso objetivo de avanço social equilibrado e harmônico.

Desdobramento essencial da postura ética do Governo é a atenção prioritária às crianças do Brasil. Neste trabalho, temos de ir além da salvação de milhões de menores abandonados e vítimas de todo tipo de violência. Temos, também, a responsabilidade democrática de agir de acordo com a lei e com os sentimentos majoritários da Nação na promoção de um ambiente psicológica e culturalmente saudável para as crianças. Nossos filhos, nossas crianças, não podem ser expostos precocemente a imagens para as quais não estão ainda preparados, para as quais não desenvolveram ainda a necessária capacidade de julgamento crítico, porque, na vida, tudo tem seu tempo.

«A Nação tem de saber que não há
figuras intocáveis.»

O meu estilo de chefia, acho que isso já ficou bem claro, é o da unidade de comando. Assumo integralmente a responsabilidade pelos atos do Governo. A extensão de minha responsabi-

lidade pessoal como homem público não tem limites. Ao assumir este cargo, pus de lado os meus interesses individuais. Assim, não permitirei, em hipótese alguma, que se coloque em risco o grande projeto de reconstrução em que estamos empenhados, não admito que isso aconteça para favorecer ou proteger pessoas ou grupos em particular. Nenhum indivíduo tem a importância do ideal maior que perseguimos, o ideal de beneficiar todos e cada um dos brasileiros e construir uma sociedade que seja dignificada pela ação do seu governo.

Unidade de comando significa também coesão da equipe. Não podemos perder o nosso norte. Em momento nenhum as diferenças de pontos de vista devem ser resolvidas entre nós, dentro de casa. É o que determina não só a ética de governo, mas o elementar bom-senso. A sociedade, nem tampouco eu próprio vemos com bons olhos os desentendimentos estampados nos meios de comunicação. Isso tem que parar.

Os ministros e os secretários, e seus porta-vozes autorizados, devem falar profissionalmente, falar de suas áreas específicas de atuação. Sobre política, fala o Ministro da Justiça; sobre economia, fala a Ministra da Economia; sobre infra-estrutura, o Ministro da Infra-Estrutura; sobre relações exteriores, fala o Chanceler; e assim por diante. Essa norma é fundamental para a condução acertada do convívio entre o Governo e a Nação, entre as autoridades e a opinião pública.

A Nação tem de saber que não há figuras intocáveis.

Quem se colocar em desacordo com o nosso ideal terá de deixar o Governo; quem destoar do conjunto será substituído. Essas mudanças são parte normal da vida pública. São também instrumento essencial na manutenção da unidade da equipe e na ação ética do Governo.

Quem está em minha equipe de governo, está, em primeiro lugar, porque quer, e, sobretudo, porque eu quero. É preciso que a opinião pública saiba que não admito manobras para desgastar este ou aquele auxiliar. Quem está no Governo conta com a minha confiança e com o meu apoio. Esta é a contrapartida da lealdade e da dedicação com que todos os senhores aqui têm servido ao ideal que nos irmana e ao Brasil.

Este Governo não admite a existência de «eminências pardas», não admite a existência de influências ocultas, internas ou externas. Aqui a regra básica é a da transparência: os senhores, meus conselheiros, não devem admitir qualquer espécie de interferência no processo decisório dentro de suas áreas.

«O engrandecimento do Congresso
e do Judiciário é imprescindível
à construção de um país
verdadeiramente novo.»

Escolhi alguns aspectos do trabalho que vem realizando o Governo para ilustrar o fato de que atuamos em harmonia com os sentimentos predominantes na sociedade.

No relacionamento com os Poderes Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, temos cumprido rigorosamente a letra e o espírito da Constituição. As discordâncias que surgiram são absolutamente normais e até desejáveis numa democracia. Perigoso seria se não ocorressem. É, no entanto, fundamental que todos os poderes constituídos se fortaleçam, para melhor poderem servir ao interesse nacional. Não deve haver ressentimentos e desconfianças entre nós. Afinal, o nosso objetivo é um só.

Os resultados das eleições devem ser vistos com atenção. O número de votos brancos e nulos é indício que requer exame cuidadoso. Cabe ao Congresso recuperar o prestígio que teve no passado, perante a Nação como um todo. O meu governo deseja avançar lado a lado com um Parlamento vigoroso e responsável, com um Parlamento que, diligente e operoso, seja palco de debates e decisões sobre os temas fundamentais da vida do País.

O Brasil prepara-se para a hora em que deverá optar entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Para que o parlamentarismo seja de fato alternativa viável, será necessário contar

com um Legislativo consolidado pela postura ética e pelo funcionamento eficaz. Mais do que ninguém, o Parlamento deve ajudar-se nessa tarefa.

Queremos ao mesmo tempo colaborar para um Judiciário mais ágil, dotado dos meios mais modernos que lhe permitam vencer as dificuldades que lhe obstruem os passos.

O engrandecimento do Congresso e do Judiciário é imprescindível à construção de um país verdadeiramente novo.

**«A imagem internacional do Brasil
deu um verdadeiro salto adiante.»**

A proposta que apresentamos para a renegociação de nossa dívida externa guarda fiel sintonia com as posições que sempre defendemos. Agradeço ao conjunto da sociedade o apoio que nos tem dado. Agradeço também, de maneira muito especial, o respaldo recebido no Senado da República. Esse apoio é essencial no encaminhamento dos complexos entendimentos que se iniciam. Os negociadores brasileiros, nesta tarefa, contam com a delegação e com a inteira confiança do Presidente da República.

Nossa proposta é inovadora e criativa; tem como base o princípio de que a dívida será paga em termos que não prejudiquem o crescimento de nossa economia, e de acordo com nossa capacidade de desembolso. Ao contrário do que ocorria antes, é o esquema de pagamento da dívida que deverá adequar-se aos imperativos do desenvolvimento do País.

Nessa retificação — há muito esperada — da ordem de prioridades, não temos qualquer ânimo de confrontação com os credores ou de inviabilização de fórmulas consensuais. Ao contrário, estamos prontos para a negociação e para o diálogo. Soluções novas e construtivas, não tenho dúvida, serão encontradas para garantir desfecho positivo. Esperamos, no entanto, que os nossos credores tenham muito presente a necessidade de

garantir e melhorar a saúde de nossa economia. Com os investimentos que fizeram aqui, eles são parceiros naturais no esforço diário dos brasileiros pelo progresso e pela justiça social. Fazemos votos de que seja exatamente esse o espírito a presidir o nosso diálogo.

A imagem internacional do Brasil deu um verdadeiro salto adiante nos últimos meses, e isso é da maior importância nas negociações sobre a dívida. Na questão do meio ambiente, por exemplo, passamos da condição de réu acuado a uma posição de vanguarda na luta mundial pela preservação ecológica.

Em matéria de política comercial, fizemos muito, especialmente com as medidas de liberalização das importações. Estamos abrindo gradual mas decisivamente a economia nacional à concorrência externa. A extensão dessas mudanças é reconhecida por meus interlocutores em todo o mundo. O Brasil quer uma economia aberta porque sabe que é esse o caminho necessário para o crescimento econômico estável.

Assim, é preocupante que, no âmbito das conversações ora em curso no GATT, na «Rodada Uruguai», sejam os países desenvolvidos, que teriam melhores condições de promover a abertura econômica, exatamente os que resistem a concessões em áreas fundamentais como a agricultura. Hoje, pelo muito que já empreendemos, o Brasil encontra-se nesse terreno na situação de credor de concessões alheias. Isto não significa, porém, qualquer sentido de intransigência. Queremos que as regras do mundo da economia sejam sólidas, espelhem a interdependência e facilitem o desenvolvimento. Para isto, com visão clara do que são os nossos interesses, os representantes do Governo brasileiro atuam, no GATT, no sentido do diálogo e do entendimento.

Como afirmei na semana passada perante o Parlamento português, não se pode aceitar que o colonialismo político e o neocolonialismo econômico sejam substituídos por um regime de cunho igualmente colonial na área do conhecimento, e da ciência e tecnologia. É preciso cada vez mais que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil e a todos os países em desenvolvimento, para que possamos continuar a acreditar nos benefícios de nos abirmos ao mundo.

Aliviada com o fim do bipolarismo ideológico-estratégico, a comunidade internacional não pode agora assistir ao surgimento de um novo bipolarismo entre países ricos e países pobres. O planeta é um só, a humanidade, só uma. Não se deve perder de vista o sentido da história. Não pode levar a bom termo a ampliação do abismo que separa os que pouco ou nada têm daqueles que tudo têm e tudo querem.

«O apoio de todos ao programa
de governo deve basear-se apenas
no reconhecimento de que ele é bom
para o Brasil.»

O combate à inflação continua a ser a prioridade número um do meu governo. Nossa determinação, não tenham dúvida, não esmorecerá. Vamos alcançar níveis civilizados de preços. Continuaremos a manter controle estrito das políticas fiscal e monetária, bem como a austeridade dos gastos do setor público. A reforma administrativa e patrimonial segue o seu curso inexorável.

Os agentes econômicos devem acreditar de uma vez por todas que o meu governo não vai desistir desta batalha. Quanto mais depressa se derem conta disso, e quanto mais rapidamente abandonarem as práticas da cultura inflacionária, menores serão os custos, para si próprios, dos remédios que temos de ministrar. O processo de entendimento nacional deve ser reforçado e prosseguir exatamente nessa direção, para que sejam atenuados os efeitos do sacrifício que todos nós estamos fazendo.

Renovo aqui meu apelo aos empresários no sentido de que evitem repassar para os preços todos os aumentos de custos. Lucros menores hoje são a única possibilidade de sobrevivência no dia de amanhã. Aos consumidores peço que continuem a lu-

tar comigo contra os preços altos, que não aceitem e que denunciem os abusos, que imponham a moralização definitiva do nosso mercado.

A sociedade e o Governo não podem contemporizar com os empresários que querem capitalismo sem risco e sem competição; não podemos contemporizar com certos setores privilegiados que reclamam aumentos de salário sem aumento de produtividade; não podemos contemporizar com os funcionários que desejam garantia de emprego sem um desempenho à altura do exigido.

Prezados Colaboradores,

O Governo tem credibilidade nacional e internacional. Já conseguimos devolver aos nossos compatriotas o otimismo em relação ao futuro e a convicção de que precisavam para entregar-se de corpo e alma à tarefa de erguer um Brasil novo. Estamos deixando a fase da esperança e já ingressamos na era da confiança.

O apoio de todos ao programa do Governo deve basear-se apenas no reconhecimento de que ele é bom para o Brasil, porque escolhido pelo voto direto, pela sociedade brasileira. De forma alguma este apoio pode ser subjugado por interesses individuais ou por sentimentos corporativistas. Isto é inaceitável. Nós trabalhamos, isto sim, para todos os brasileiros, com absoluta prioridade para os mais fracos e desassistidos, para os pés-descalços, para os descamisados.

A fé e a determinação de nossa gente nos dão forças para prosseguir no caminho que o País escolheu. É o caminho certo e haveremos de percorrê-lo até o fim, superando os obstáculos que se colocarem diante de nós e dificuldades, sejam elas quais forem, que iremos encontrar.

Com o respaldo do povo e a bênção de Deus, o meu governo está preparado para enfrentar e vencer as batalhas que surgirem. Serão cinco anos de governo sério, honesto, atento, corajoso, arrojado e obstinado.

O Brasil sabe que jamais fugiremos à luta, jamais fugiremos à luta. Estamos prontos para ela. Prometemos mudar o País. É o que estamos fazendo e o que continuaremos a fazer.

Que Deus nos ajude e ilumine nossa caminhada.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a VII Reunião Ministerial,
no Palácio do Planalto,
no dia 29 de outubro de 1990.*

Cerimônia Comemorativa do 40º Aniversário do Sistema de Cooperação Técnica Internacional

Celebramos este ano o 45º aniversário das Nações Unidas e o 40º do Sistema de Cooperação Técnica Internacional, e o fazemos em uma única cerimônia, no Itamaraty, para simbolizar comemoração maior que nos reclama a história contemporânea.

Depois de quase meio século, a comunidade de nações busca recuperar os sonhos mais caros à Conferência de São Francisco e promover, sobre a base de perspectivas realistas de paz e progresso, a cooperação entre os países ao mais elevado plano do relacionamento internacional.

O modelo político do pós-guerra, que oferecia terreno à justificativa de posturas hegemônicas e, não raro, de aventuras expansionistas, cedeu passo à universalização e interdependência de um mundo forçosamente mais unido.

Na velocidade e abrangência da tecnologia moderna, os países se aproximaram. Na transnacionalização dos bens, do capital e dos serviços, as economias se entrelaçaram. Na consolidação dos regimes democráticos e na recuperação das liberdades essenciais, as sociedades se engrandeceram.

«No mundo contemporâneo,
a cooperação internacional parece
ter o caos como alternativa única.»

Sob o impulso dessas tendências, evolução será sempre sinônimo de solidariedade, o que vale dizer que o estado de direito deverá perseguir o estado da justiça. O conceito de soberania deverá acentuar a responsabilidade na co-responsabilidade, e toda política de comércio há de oferecer reforço nacional à internacionalização do intercâmbio. No mundo contemporâneo, a cooperação internacional parece ter o caos como alternativa única.

Falando na abertura da 45ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, afirmei que, por aquele fórum de reflexão e análise, haveria de passar a aurora do tempo que estamos tentando instaurar, cujo brilho dependerá, em última instância, dos esforços individuais e coletivos que logremos envidar pela paz mundial, pela prosperidade das nações e pela solidariedade crescente entre os povos.

Hoje retomo aquelas palavras, trazendo-as para o campo específico da cooperação internacional.

Esse mundo que desejamos construir não será viável se não conseguirmos, juntos, amparar a infância, preservar o meio ambiente, defender os direitos humanos, combater o narcotráfico, garantir o acesso de todos ao avanço tecnológico.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Queremos comemorar, no 45º aniversário das Nações Unidas e no 40º do Sistema de Cooperação Técnica Internacional, a maturidade das relações entre os povos.

Os propósitos da Organização, traçados com tanta esperança na primavera de 1945, recobram atualidade em um mundo finalmente determinado a fortalecê-los. Seu papel na recente crise do Golfo não deixou dúvida de que o concerto internacional, legitimado pela autoridade das Nações Unidas, é o caminho mais seguro à paz e ao entendimento.

Momentos houve, em passado não tão remoto assim, nos quais a raça humana se orgulhou de sua capacidade tanto para construir quanto para destruir. Essa indiferença ética não tem mais espaço na realidade de agora.

Que a cerimônia de hoje exalte nossa vontade e nossa capacidade para cooperar por um mundo melhor de se viver.

Que para tanto Deus nos ajude.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante cerimônia comemorativa do
40º aniversário do Sistema de Cooperação
Técnica Internacional, no Palácio do Itamaraty,
no dia 29 de outubro de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia
2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado
3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador
4. Crianças, o Desafio Maior
5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira
6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida
7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro
8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional
9. O Governo Kubitschek e a Industrialização Brasileira

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“O Governo Kubitschek promoveu a industrialização acelerada do Brasil, na harmonia do entrosamento entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado, dando início a um processo de substituição de importações, que apenas recentemente se resgatam.”

Presidente Fernando Collor

